

Novos ventos na historiografia do trabalho na Argentina: hierarquias raciais e o mito do branqueamento em Santa Fé

New Currents in the Historiography of Labor in Argentina:
Racial Hierarchies and the Myth of Whiteness in Santa Fe

Resenha do livro: VIOLA, Ariel. *El blanqueamiento de la fuerza de trabajo en Santa Fe. Transformaciones demográficas y laborales durante la segunda mitad del siglo XIX*. Rosario: Ediciones Prohistoria; ISHIR, 2023.

Palavras-chave: Santa Fé; branqueamento; mercado de trabalho; relações raciais.

Keywords: Santa Fe; Whiteness; Labor market; Racial relations.

Gabriela Mitidieri*

PERCORRER A HISTORIOGRAFIA do trabalho na Argentina, tendo já se familiarizado com pesquisas históricas sobre o trabalho e trabalhadores/as produzidas no Brasil, permite chegar a algumas conclusões rápidas sobre suas diferenças e semelhanças. Nas últimas três décadas, a historiografia brasileira referenciada na história social produziu estudos sobre as experiências de trabalho de homens e mulheres que viveram ao longo do século XIX. Na Argentina, ainda é considerável o peso do século XX, vinculado também à força da tradição de pesquisa em torno da história do movimento operário. Outro elemento que incide é o lugar significativo que ocupa o estudo do século XIX na chave da história política das guerras de independência e da construção republicana. Por isso, ainda é difícil encontrar pesquisas sobre os mundos do trabalho oitocentistas no território em vias de se tornar a Argentina.

* Doutora em História pela Universidade de Buenos Aires. Bolsista de pós-doutorado da Faperj no Laboratório de Pesquisas em Conexões Atlânticas da PUC-Rio. Pesquisadora do Grupo de História Social e Gênero. Professora e licenciada em História pela Universidade de Buenos Aires. Foi bolsista de doutorado do Conicet, vinculada ao Instituto Interdisciplinar de Estudos de Gênero (Faculdade de Filosofia e Letras, UBA). E-mail: gmitidieri@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0039-8720>.

Nas duas tradições, argentina e brasileira, a perspectiva de gênero implicou uma renovação estimulante de temas e problemas para pensar o passado de trabalhadores e trabalhadoras. Ao contrário da Argentina, a historiografia brasileira presta atenção particular às relações raciais e à forma como estas evidenciam as transformações dos arranjos de trabalho ao longo do século XIX, mas também do XX. Para essas pesquisas, considerar as relações raciais nos mundos do trabalho significou distinguir como as hierarquias laborais foram atualizadas sob novas coordenadas de violência e coerção em torno da abolição. E, ao fazer isso, mostraram a importância de tensionar noções fixas de trabalho livre e não livre.

O livro do argentino Ariel Viola, *El blanqueamiento de la fuerza de trabajo en Santa Fe. Transformaciones demográficas y laborales durante la segunda mitad del siglo XIX*, é um excelente exemplo de como nossa historiografia do trabalho está atravessando mudanças profundas. Em boa medida, isso se deve aos intercâmbios fluidos que existem entre historiadores e historiadoras de ambos países. Mas também porque a cada dia crescem na Argentina os grupos de pesquisa em história social do trabalho que buscam pensar o século XIX, as relações de gênero e as hierarquias étnico-raciais dentro desses mundos laborais.

Incorporar uma perspectiva atenta às relações raciais permite a Ariel contar uma história dos mundos do trabalho em que a abolição legal da escravidão sancionada na Constituição Argentina de 1853 e a entrada massiva de imigrantes europeus no país foram parte de um mesmo movimento de transformações. Para o historiador, o marco que dá sentido a essas mudanças está associado à construção de um relato que impôs a noção de nacionalidade argentina como uma sociedade de pessoas brancas. Por isso, o recorte de periodização proposto vai desde a gestação da colonização agrícola na década de 1850 até a crise econômica de 1890.

O ponto de análise desse relato e dessas mutações é a província de Santa Fe. E isso não é um dado menor: dentro de uma tradição que muitas vezes contou a história argentina desde e para Buenos Aires, Viola argumenta a importância de um estudo centrado em Santa Fe. Nesta pesquisa, a província se revela como uma caixa de ressonância de múltiplos processos de caráter nacional, um local privilegiado de experimentação no qual foram colocadas em prática estratégias de colonização europeia e de construção de um mercado de trabalho “embranquecido” e uma área geográfica que é tanto do Prata como parte da planície pampeana. Tem, além disso, uma longa história de povoamento indígena e de recepção de migração forçada de africanos escravizados.

O livro de Ariel Viola se inscreve dentro da história social e se enquadra nos estudos demográficos. A análise de fontes proposta mostra como suas perguntas dialogam com essas duas tradições de pesquisa. O historiador recupera censos populacionais, em nível provincial e nacional, e os interroga para pensá-los como instrumentos racistas, nos quais o progressivo ocultamento da “cor” ou da categoria de casta anda de mãos dadas com a atenção obsessiva ao país europeu de origem dos imigrantes recenseados. Mas também elabora sistematizações estatísticas próprias, que são relacionadas à transformação territorial de

Santa Fe e ao praticamente total apagamento das comunidades indígenas da província. Tudo isso é complementado com uma análise aguda de documentos governamentais: mensagens de governadores, debates parlamentares, relatórios de imigração, leis e contratos de colonização e discursos de intelectuais, políticos e da imprensa.

O livro está organizado em três capítulos. O primeiro, “La colonización agrícola o el blanqueamiento del ‘desierto’ de Santa Fe”, mostra as mudanças a partir da sanção da Constituição, focando-se nas primeiras iniciativas de promoção da imigração e no papel que esta teve no avanço sobre territórios pertencentes a comunidades indígenas da província. Essa lei fundamental até a reunificação do país em 1862 corresponderia apenas à jurisdição da Confederação Argentina, deixando de fora o Estado de Buenos Aires, que sancionará sua própria constituição em 1854. O ponto de partida de Viola são dois de seus artigos fundamentais para compreender a conformação de um mercado de trabalho capitalista: a abolição da escravidão e a promoção da imigração. Associado a isso, o historiador recupera a figura de Juan Bautista Alberdi, um dos ideólogos daquela Constituição, para quem o país era “um deserto”. Imaginar essa paisagem implicava, evidentemente, abstrair as muitas e densas comunidades indígenas existentes no território. Para Alberdi, a melhor Constituição que um país “deserto” como a futura Argentina poderia ter era aquela que colaborasse em fazê-lo desaparecer. O pesquisador combina uma análise da ideologia alberdiana e da própria carta magna com o uso de mapas elaborados por ele mesmo, que permitem uma contundente visualização geográfica e cronológica da expansão da fronteira agrária e do ataque concomitante às comunidades originárias mocovíes, tobas e abipones.

No segundo capítulo, “El blanqueamiento en la era del progreso”, Viola se pergunta pelos contornos histórico-discursivos da matriz racista que acompanhou a construção da nação argentina. Se no primeiro capítulo o foco estava nas formas como se materializaram os projetos de colonização e o avanço militar contra os povos indígenas, o segundo capítulo investiga em profundidade o peso das palavras dos principais políticos e estadistas argentinos, o imaginário moldado por esses discursos e as relações sociais hierárquicas e racistas que funcionaram como substrato material dessas concepções.

O pesquisador percorre debates parlamentares, legislação promulgada para promover a imigração; distingue a forma particular de adjetivar a população local – “sociedade preguiçosa e frouxa, sem energia nem afeição pelo trabalho” – por parte de funcionários de comissões responsáveis pelos projetos de colonização em Santa Fe; revela as projeções de diretores do censo provincial que observavam com expectativa e entusiasmo a quantidade de brancos, loiros e de olhos azuis que habitavam a província. Mas, como bem assinala Viola, retomando aquelas primeiras intuições de Hilda Sabato e Luis Alberto Romero no livro pioneiro *Los trabajadores de Buenos Aires*, a ênfase na mão de obra imigrante para um mercado de trabalho “moderno”, livre e assalariado não deve nos levar a deduzir uma tendência à universalização das relações assalariadas no emprego da força de trabalho. O historiador antecipa nesse

capítulo o que confirmará empiricamente através de uma análise detalhada dos censos no capítulo seguinte: existia em Santa Fé, na segunda metade do século XIX, “um mercado de trabalho forçado composto por indígenas capturados em expedições militares, tornados servos nos empreendimentos madeireiros, em outras atividades agrícolas e no serviço doméstico urbano” (p. 73).

O último capítulo, “Transformaciones demográficas y laborales en la Santa Fe de la colonización y el blanqueamiento”, é um exercício de interrogação dos censos em diferentes níveis para compreender o processo. Em primeiro lugar, Viola retoma o que já havia assinalado no capítulo 1: entre 1858 e 1895, a demografia e o território colonizado da província de Santa Fé cresceram dez vezes – resultado de um mesmo processo de estímulo à imigração. Em segundo lugar, investiga os censos como ferramentas nas quais se evidenciam as conotações positivas atribuídas à imigração e o desejo de ocultar especificidades étnicas das populações locais sob um mesmo apelo à “argentinidade”, dissolvendo o mestiçamento num marcador de nacionalidade comum. Como propõe o historiador, o objetivo parecia ser o de apagar o passado e começar do zero. Em terceiro lugar, Viola retoma essa premissa e propõe uma sistematização estatística que lhe permite observar como operou o branqueamento e as hierarquias raciais a ele associadas na configuração do mercado de trabalho e de suas diferentes atividades. Para isso, constrói uma metodologia de análise com a qual busca distinguir nos diferentes censos – o da Confederação Argentina de 1858, o censo nacional de 1869 e o censo provincial de 1887 – dois grandes grupos: aquele composto pelos vindos dos Estados latino-americanos – “argentinos e latino-americanos” – e os europeus e norte-americanos – “imigrantes brancos” – “com o objetivo de traçar um contraste que permita captar o branqueamento demográfico” (p. 88).

O percurso proposto pelo historiador nos leva por diferentes setores laborais para rastrear as áreas mais “branqueadas”. Não surpreende, é claro, que as zonas mais povoadas por colonos dedicados ao trabalho rural apresentem alto grau de branqueamento. Para Viola, existe uma relação estreita entre os dados de masculinização e de branqueamento do trabalho, o que se revela também na maneira como os homens imigrantes superavam as mulheres nas tarefas do campo. Vale levantar a hipótese de eventuais níveis de sub-registro censitário das mulheres ou sobre a subvalorização dos trabalhos por elas realizados nos distintos setores. Será que poderia ter operado aí um apagamento semelhante ao observado na progressiva eliminação de categorias raciais nos censos? Viola mostra também como o comércio era outro setor no qual os brancos superavam os argentinos e latino-americanos. E destaca ainda como os imigrantes compunham quase metade dos trabalhadores do agrupamento “funcionários estatais, religiosos e liberais”, com 41,5%.

O autor conclui a análise desse capítulo contrapondo dois setores para ilustrar a organização hierárquica e racista desse mercado de trabalho: o dos operários empregados pelo governo provincial em obras de infraestrutura e no funcionamento do sistema ferroviário, e o das trabalhadoras e trabalhadores do serviço doméstico – em sua maioria mulheres. Viola

afirma que, enquanto 87% do primeiro grupo era composto por homens imigrantes, “89% das mulheres que integravam o serviço doméstico nas casas e edifícios da cidade eram argentinas ou latino-americanas, principalmente de Santa Fé. Essas mulheres realizavam as tarefas que tradicionalmente haviam sido exercidas pelas escravizadas e escravizados afrodescendentes que existiram legalmente até 1853”. (p. 106).

É útil investigar esses dois setores, como propõe Viola, pois isso torna perceptível a atenção desigual que a historiografia argentina dedicou a um e a outro. As considerações positivas sobre branquitude, masculinidade e sua influência sobre a expansão do trabalho “moderno” e “qualificado” não foram exclusividade dos políticos e publicistas do século XIX. Também moldaram as preferências dos pesquisadores que optaram por narrar a história da classe operária concentrando-se, de modo privilegiado ou exclusivo, no trabalho industrial, masculino e situado nas principais cidades argentinas. O livro de Ariel Viola propõe um olhar distinto: questiona o modo como esse foco foi naturalizado, problematiza-o e o historiciza, mostrando o processo e os conflitos que ele desencadeou. Com uma análise empírica rigorosa e o compromisso de pensar a partir da história social as relações raciais que moldaram um mundo do trabalho, *El blanqueamiento de la fuerza de trabajo en Santa Fe* é uma leitura obrigatória – especialmente para quem considera que ainda há muito a contar sobre as experiências de trabalhadoras e trabalhadores do século XIX.

Recebido em: 16/06/2025

Aceito em: 29/07/2025